



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Senhor Capitão Alberto Neto)

Requer do Excelentíssimo Ministro da Casa Civil, Senhor Rui Costa, informações sobre ações do Governo para Reduzir a Dependência Financeira das Estatais.

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que seja encaminhado a Excelentíssimo Ministro da Casa Civil, Senhor Rui Costa, informações sobre ações do Governo para reduzir a Dependência Financeira das Estatais.

- 1) O governo reconhece a necessidade de modernizar a gestão das estatais e buscar novos modelos de negócios para reduzir sua dependência financeira do orçamento federal, como e quando será a implementação das medidas?
- 2) Quais são os desafios estruturais que afetam essas empresas? Como o Governo pensa em superá-los?

Justificativa

O governo anunciou, com grande alarde, a assinatura de três decretos destinados a reestruturar a governança e os modelos de negócios das empresas estatais brasileiras. O objetivo declarado é aumentar a produtividade e eficiência dessas empresas, além de reduzir sua dependência financeira em





Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

relação ao orçamento federal. No entanto, ao analisarmos os detalhes dessa iniciativa, percebemos que ela carece de substância e revela uma falta de compreensão profunda dos desafios enfrentados por nossas estatais.

Atualmente, o Brasil possui 44 estatais sob controle da União, que, em 2023, geraram 5,75% do Produto Interno Bruto (PIB), com um lucro total de R\$ 197,8 bilhões, dos quais R\$ 128,1 bilhões foram distribuídos aos acionistas. Apesar desses números expressivos, o governo identificou que pelo menos 15 dessas empresas necessitam de alterações em seus modelos de negócios para reduzir sua dependência do Tesouro Nacional.

Um dos decretos prevê a criação do Programa de Governança e Modernização das Estatais (Inova), coordenado pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), com a participação das estatais e dos ministérios a elas vinculados. O programa visa auxiliar as empresas na busca por novos modelos de negócios, por meio de acordos de cooperação técnica e consultorias para remodelagem empresarial.

A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, destacou que, embora nem todas as estatais possam se tornar financeiramente independentes, há potencial para aumentar suas receitas. Ela citou exemplos como a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), responsável pela gestão dos hospitais universitários, que, embora não tenha condições de se tornar totalmente independente, pode buscar formas de incrementar seus recursos.

Outro exemplo mencionado foi o dos Correios, que já possuem um mapeamento de serviços capazes de gerar novas receitas para sustentar o custo de universalização dos serviços postais. No entanto, esses projetos foram interrompidos durante o processo de privatização no governo anterior, e agora o objetivo é retomar essas iniciativas.

A Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) também foi destacada. Por ser dependente do Tesouro, a empresa enfrenta dificuldades para firmar contratos que a tornariam financeiramente independente. Segundo a ministra, com um contrato de R\$ 300 milhões, a Imbel poderia gerar uma





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

receita de R\$ 2,5 bilhões, mas sua condição atual impede esse avanço.

A Ceitec, estatal de semicondutores que esteve em processo de liquidação no governo anterior, mas foi retomada na atual gestão, é outra empresa com potencial significativo de receita, mas limitada por sua dependência do Tesouro e pela falta de insumos e investimentos necessários para seu desenvolvimento.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 10 de Dezembro de 2024.

CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL
PL/AM

